



PODER

Congresso adia avaliação de vetos polêmicos

Parlamento deixa para março a apreciação de cortes feitos na proposta do Orçamento e no programa de pobreza menstrual

» RAPHAEL FELICE
» TAINÁ ANDRADE

O Congresso Nacional deixou para votar em 16 de março os vetos do presidente Jair Bolsonaro ao Refis para micro e pequenas empresas, ao Orçamento de 2022 e ao projeto que prevê a distribuição gratuita de absorventes a mulheres de baixa renda.

Na sessão de ontem, os deputados e senadores apreciaram apenas dois vetos: o da compensação fiscal pelo retorno da propaganda partidária gratuita em rádio e televisão fora do período eleitoral e o que inclui a cobertura da quimioterapia oral nos planos de saúde.

A justificativa oficial para enxugar a pauta do plenário foi o uso de um novo sistema de votação, que apresenta instabilidade, mas a decisão também foi influenciada pela falta de acordo em torno de algumas pautas.

Em 16 de março, segundo o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (sem partido), serão apreciados todos os vetos que trançam a pauta do plenário do Congresso.

Antes da sessão de votação, estava prevista uma reunião de líderes, em que o foco seria discutir a derrubada de 90% dos vetos. O encontro foi alterado duas vezes no mesmo dia — na primeira, houve adiamento; na segunda, foi cancelada.

Um integrante da base do governo disse que o adiamento se tratava de “política”. Já um parlamentar da oposição afirmou não ver sentido na estratégia de repartir a votação dos vetos: Se for para sangrar, é muito melhor que seja de uma vez”, frisou.

Na sessão, o Congresso manteve o veto de Bolsonaro ao projeto que obrigava planos de saúde a cobrir tratamentos domiciliares de uso oral contra o câncer. Os partidos que orientaram pelo aval ao veto justificaram haver um acordo para a aprovação da Medida Provisória (MP 1067/21), cujo teor é semelhante. A proposta define um prazo de até 180 dias para a Agência Nacional de Saúde

Suplementar (ANS) concluir a análise de processos de pedido de inclusão dos medicamentos no fornecimento obrigatório. A MP foi aprovada pela Câmara em 14 de dezembro e aguarda apreciação do Senado, que deve ocorrer amanhã, data-limite para a análise.

Propaganda

O Parlamento derrubou, no entanto, o veto à proposta de compensação fiscal pelo retorno da propaganda partidária gratuita em rádio e televisão fora do período eleitoral. Foram 344 votos a favor da derrubada na Câmara e 49 contrários. O placar no Senado foi de 54 a 14.

A propaganda partidária foi extinta em 2017, quando permaneceu apenas o horário eleitoral em período de campanha, mas acabou retomada, agora, em um projeto do Congresso encabeçado pelo PL, partido em que Bolsonaro deve disputar a reeleição neste ano.

Pelo projeto, a propaganda partidária será divulgada fora do período das eleições, incluindo o primeiro semestre do ano eleitoral, em horário nobre, entre as 19h30 e as 22h30. Serão inserções de 30 segundos no intervalo da programação normal das emissoras de TV.

Da forma como o texto foi aprovado, a propaganda partidária será custeada com renúncia da cobrança de impostos que seriam obtidos das emissoras, o que vai gerar queda na arrecadação. A compensação tributária, de acordo com o projeto, será calculada com base no faturamento nos comerciais no horário de veiculação. O Congresso não apontou, no texto, um cálculo de impacto no Orçamento.

Bolsonaro havia vetado, em 4 de janeiro, essa compensação fiscal, que agora foi retomada pelo Congresso. Ao justificar o veto, o Palácio do Planalto alegou que a proposta instituiria benefício fiscal, “com consequente renúncia de receita”, sem observância às regras fiscais e orçamentárias. (Com Agência Estado)

Roque de Sá/Agência Senado



Congresso derrubou o veto de Bolsonaro à proposta de compensação fiscal pelo retorno da propaganda partidária gratuita

Múltiplos objetivos

Segundo o projeto aprovado pelos parlamentares, a volta da propaganda partidária “gratuita” em rádio e televisão fora do período eleitoral tem o objetivo de permitir às siglas difundir seus programas, transmitir mensagens aos filiados, incentivar a filiação, esclarecer o seu papel na democracia e promover e difundir a participação política das mulheres, dos jovens e dos negros.

Adiamento causa protestos

Um dos vetos mais esperados pelos parlamentares para serem apreciados era ao Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual (PL 4.968/2019), que prevê a distribuição gratuita de absorventes para estudantes de baixa renda de escolas públicas e mulheres em situação de rua ou de extrema vulnerabilidade. De acordo com o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), o governo vai se posicionar no momento adequado sobre esse veto. Ele lembrou que o Executivo usou argumentos jurídicos e financeiros para decidir pela exclusão desse

trecho do programa.

A retirada desse veto da pauta provocou a reação de parlamentares. Pelas redes sociais, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que “mais uma vez, lamentavelmente, a base do governo no Congresso Nacional decidiu postergar a apreciação do veto ao PL que garante absorvente às pessoas mais vulneráveis e combate à pobreza menstrual”. Ele acrescentou que “novamente o Congresso se coloca em uma posição vexatória, em favor do atraso”.

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) também reclamou

da retirada do veto. Para o parlamentar, “derrubar o veto ao projeto contra a pobreza menstrual é questão de humanidade”. “É absurdo que tantas meninas pobres tenham de faltar às aulas por não poderem comprar absorventes”, enfatizou. Na avaliação dele, “a distribuição gratuita também garante o mínimo de dignidade a mulheres em situação de rua”.

O argumento de Bolsonaro para o veto foi de que o texto do projeto, apesar da “meritória iniciativa do legislador”, “não estabeleceu fonte de custeio”. (Com Agência Senado)



ALEXANDRE GARCIA

COM TANTO IMPOSTO COBRADO DO BRASILEIRO, O MILAGRE CONSISTIU EM NÃO DEIXAR QUE O DINHEIRO DO POVO SAÍSSE PELO LADRÃO. NOS MINISTÉRIOS, NA PETROBRAS, NAS ESTATAIS EM GERAL

O milagre das águas

Hoje é um dia histórico. A água das chuvas que caíram na Serra da Canastra, quase na divisa de Minas com São Paulo, no início do ano, vão chegar ao Rio Grande do Norte, depois de percorrer mais de 3 mil quilômetros. É o eixo leste da transposição do Rio da Unidade Nacional. Sonho secular, promessa de décadas, finalmente realizado. Águas mineiras naturalizadas potáveis. No estado em que Cabral plantou um marco português, em pedra lioz, com a Cruz da Ordem de Cristo, onde Caminha registrou “águas infinitas”. Agora, outro marco, em

água, chega ao interior, no Seridó, confirmando a previsão da carta de 522 atrás.

Por anos, a transposição, agora chegando, também, ao Ceará, foi promessa eleitoral, com obras que ficaram se deteriorando, consumindo impostos federais, mas mantendo a chantagem populista de um dia a água chegar, se o voto chegar à urna. Serviu para caixa dois, para propinas de empreiteiras, como constatou a anulada Lava-Jato. Muito dinheiro foi para obras em Cuba, Venezuela, Nicarágua, Moçambique e outros países. Agora que o dinheiro aqui ficou, as obras

estão sendo concluídas e outras começadas, como as pontes ligando Rondônia e Acre, Piauí e Maranhão, como centenas de outras obras de infraestrutura.

Com tanto imposto cobrado do brasileiro, o milagre consistiu em não deixar que o dinheiro do povo saísse pelo ladrão. Nos ministérios, na Petrobras, nas estatais em geral. A Caixa Econômica, que já teve Geddel como vice-presidente, agora virou banco social, como é de sua natureza; na Petrobras, não se faz mais negócio por recomendação de líder de partido político; no Banco do Brasil, a

diretoria é técnica; o BNDES é mesmo banco nacional, e não de financiamento internacional. Sem estatal a serviço de políticos corruptos, a Itaipu Binacional pode ajudar os municípios vizinhos, com máquinas e veículos, transformar o aeroporto de Foz em internacional e erguer uma segunda ponte de ligação com o Paraguai, que vai ser entregue no meio do ano.

Em pouco tempo, todos esses entes públicos se recuperaram dos prejuízos causados por aproveitadores do Estado; e outro milagre se fez: as contas públicas terminaram o ano

com superavit primário de R\$ 65 bilhões. Assim, foi possível não apenas levar água para o Nordeste, mas resolver dívidas de 1 milhão de estudantes no Fies, aumentar o auxílio Brasil de R\$ 190 para R\$ 400 e aumentar em 33% a base dos professores, só para citar ações desses últimos dias. Tudo isso durante a pandemia, quando muitos prefeitos e governadores, com aval do Supremo, mandaram fechar tudo, no lockdown agora desmitificado pela Johns Hopkins.

Ontem, em Salgueiro, Pernambuco, o presidente entregou o controle de bombeamen-

to das águas do São Francisco. Depois, foi a Jati, na região do Cariri, Ceará, e acompanhou a liberado das águas da barragem que chegarão à região metropolitana de Fortaleza e outras regiões do estado. Hoje, assistirá ao milagre das águas, em Jardim de Piranhas, no Rio Grande do Norte. Assim como o Egito é um presente do Nilo, o São Francisco está sendo um presente milagroso para o Nordeste. Um milagre que se realiza quando o dinheiro do povo brasileiro não é desviado. Por isso, não faltou dinheiro para desviar as águas do grande rio.